

## NÃO APAGUEM A MEMÓRIA

Movimento Cívico

É um movimento de cidadãos aberto e plural que pretende preservar a memória do que foi o fascismo e da resistência e luta contra a ditadura que oprimiu Portugal durante quase 50 anos.

Reclamamos dos poderes públicos que assumam a responsabilidade de constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do Estado Novo e a resistência à ditadura, aproveitando um ou mais espaços emblemáticos dessa realidade, como o Aljube, Forte de Peniche, Caxias, a sala do Plenário da Boa Hora, a sede central da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso e a sua delegação no Porto.

Condenamos a conversão da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e exigimos a criação de um espaço de um monumento memorial naquela áreas.

Solicitamos à candidatura do Dr. Mário Soares, lutador contra o fascismo e pela democracia, que se pronuncie sobre este tema e o coloque na agenda política, obrigando o candidato das forças da direita a tomar posição sobre questão tão importante da história do nosso País.

O nosso movimento cívico lançou recentemente uma recolha de assinaturas, contando neste momento com a adesão de mais dum milhar de cidadãs e cidadãos. Aderiram também ao nosso movimento, manifestando o seu apoio, várias organizações, nomeadamente: Museu República e Laicidade, Associação 25 de Abril, Aldraba, Attac Portugal, URAP, SGPL. O movimento continua em expansão mesmo neste período de campanha eleitoral para as presidenciais. Juntam-se algumas notícias vindas a público bem como a intervenção de personalidades da vida pública portuguesa sobre o assunto.

A intervenção da candidatura Mário Soares em apoio ao nosso movimento será sem dúvida mais um serviço prestado ao país e um forte estímulo para todos os que trabalham para esta nobre causa de preservação da nossa memória e de defesa da dignidade do nosso povo.

Obrigado pelo vosso apoio

Lisboa 9Jan. 2006

P'lo Não Apaguem a Memória

# Na casa assombrada do esquecimento



Expresso / Única

10. 12. 2015

A memória é o grande défice português — um défice que se reflecte imediatamente nas finanças do país, porque os desequilíbrios financeiros são sempre e só o resultado final de outras instabilidades — sociais, culturais, políticas. «Não há memória de uma coisa assim», bradamos, quando a ocasião é de escândalo. Exemplos corriqueiros: os maus ministros empre-

tes na administração de empresas públicas, com salários faraónicos. Os maus administradores públicos saltitando de administração em administração, até à final reforma doirada. O Poder não pode desfazer-se dos seus rapazes maus porque sabem demasiado (embora nunca daquilo que deviam) e também porque as más escolhas definem quem as faz — ou seja, é o próprio Poder o enxovalhado. A democracia é a mais justa forma de governação, mas não soube ainda libertar-se deste vírus endémico da mediocridade do Poder. Há fórmulas para o fazer, fórmulas que deram à Escandinávia a riqueza e a qualidade de vida que a tornaram referência internacional. Mas quando, aqui pelos países de baixo, se fala em moralizar a administração pública, começa-se por baixo, com a ideia de depois, mais tarde, com calma, moralidade dominante. Devagar — quando essa classe não for a do Poder em curso. Mas acontece que depois, devagarinho, a classe dominante entra em osmose interpartidária, tornando-se una e indivisível. Para disfarçar essa comunidade de interesses, fazemos de conta que estamos sempre a começar: muda o governo, começa-se outra vez. Por baixo. Como no meu tempo de liceu: começava-se sempre, ano a ano, pelo feudalismo. Acabava-se o curso sem sair do feudalismo. Suseranos, servos, portagens, direito de pernada, e vice-versa. Portugal parece-se ainda demasiado com a roda dentada deste rame-rame de liceu.

Não há memória de uma coisa assim, não: os países europeus que experimentaram ditaduras fazem questão de transformar as antigas sedes do Terror em Museus. Para homenagear os heróis da resistência e ajudar a criar hábitos de memória nos jovens — porque a memória é a mãe de todos os valores. França tem uma rede

## Recusamos a memória dos heróis de ontem como a imagem dos de hoje

Biblioteca-Museu da República e da Resistência, porque há que dar a ideia de que República e Resistência foram a mesma coisa e, sobretudo, que toda essa História é para guardar no recato erudito dos livros, de forma a que a imensa maioria dos «deslivrados» (os vitoriosos ignorantes de hoje) continue a viver segundo a regra republicana de Salazar — isto é, sem se meter na política. Há Museus da Repressão ou da Guerra em Berlim e Budapeste, em Auschwitz e Londres, até em Minsk. Ou, em Cabo Verde, a antiga prisão do Tarrafal. Museus que têm ainda uma função suplementar — ainda, e ironicamente, ética: rendem divisas. Nalguns casos, os lucros desses museus revertem para associações de defesa dos Direitos Humanos. E são rentáveis porque atraem turistas. Já que vivemos, globalmente, a Era Adolescente da Atracção Pelo Horror, pelo menos que nos compenremos das consequências desse horror. Mas no Portugalinho dos torcidos e tremidos e da escada de caracol, no Portugalinho contemporâneo, moldado por essa espécie de aristocracia proleto-pimba que se ufana de «subir na vida a pulso», a História dos que lutaram para que os pulsos dos pobres pudessem erguer-se do chão, pelos vistos, não interessa nada. Ninguém tem origem, todos querem correr rapidamente (de preferência, refastelados num TGV) até ao próximo destino. Assim, arrasam-se os calabouços da PIDE para fazer condomínios de luxo, apaga-se a miséria generalizada de há 40 anos para dizer que nunca vivemos uma crise pior do que esta, esquecem-se as guerras para não encararmos os mutilados que sobraram da morte e celebram-se os mortos com as frases que mais convêm aos vivos do dia. Afoga-se a desmemória em exortações solenes à memória — e que venham as escavadoras para dar a volta à terra e fazer casas de ricos sobre os uivos de dor dos

des da PIDE em formato de salão com vista para o rio chama-lhe «Paço do Duque» e produziu um folheto cheio evocando o lustro antiquíssimo do lugar — palco da reunião dos conjurados, em 1640, ou da fundação da Academia Real da História Portuguesa, em 1720.omite-se o que se passou naquela casa no século XX, porque, evidentemente, não interessa nada

para o negócio. Quem é que quer comprar uma casa assombrada?

Do mesmo modo, construímos uma esplendorosa e futurista Casa da Música de onde as pessoas que se movimentam em cadeiras de rodas são enxotadas. Em carta publicada no jornal «Público» do passado dia 4 sob o título de «A Casinha dos Horrores», narra-se a experiência de uma mãe de três filhos, um dos quais deficiente, que ousou levar a família a um espectáculo nesta Casa e verificou que, para além dos acessos serem difíceis («ângulos, níveis, desníveis e escadas, muitas escadas») não só os 8 lugares (8, em 1238) reservados para deficientes motores se reduziam, na prática a 6 — e de péssima situação e visibilidade — como os menos maus entre esses haviam desaparecido, por necessidades da produção do espectáculo. Acresce que se pressupõe que os deficientes fiquem a assistir sozinhos ao espectáculo, porque não há bancos para os seus acompanhantes.

Sobre a antiga Casa do Medo como sobre a novíssima Casa da Música desce o mesmo pano de olvido, degredo, arrogância e alheamento: recusamos a memória dos nossos heróis de ontem como a imagem dos nossos heróis de hoje. Porque só uma força heróica conseguirá afirmar Portugal como um país civilizado. Uma força como a desta mulher ou como a dos milhares de pessoas com deficiência que insistem em fazer cumprir os seus direitos, contra os muros e escadarias da barbárie sofisticada. É triste que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se celebra hoje, permaneça tão frágil, um trapézio de palavras. A economia é só o icebergue da crise portuguesa. Tapamo-la com números, forramo-la de frases — mas ela é, acima

A AUDIÊNCIA

## Não Apaguem a Memória quer lembrar tribunais plenários



O movimento de cidadãos Não Apaguem a Memória será hoje recebido no Tribunal da Boa Hora, ao qual irá propor que ali se promovam actividades que recordem o tempo da ditadura e dos chamados tribunais plenários, aos quais eram submetidos os presos políticos. Este é um dos vários pedidos de audiência feitos a instituições do Estado pelo movimento, que tem como objectivo impedir que desapareçam as marcas da ditadura de Salazar e Caetano e que defenda a criação de espaços onde essa memória seja preservada. No caso da Boa Hora, o movimento vai propor uma placa que dê a conhecer o que eram os tribunais plenários do Estado Novo e a realização de simulações teatrais dos julgamentos. Outra proposta passa pela realização de visitas à Boa Hora, como as promovidas pela Biblioteca Museu República e Resistência à antiga sede da PIDE-DGS – edifício que está a ser transformado num condomínio, facto que esteve na origem da criação do movimento, ao qual já aderiram antifascistas como Iva Delgado e Edmundo Pedro, artistas plásticos, arquitectos, professores, juristas e historiadores. O movimento tem já uma página na internet ([maismemoria.org](http://maismemoria.org)) e lançou um abaixo-assinado que reclama a criação de um museu sobre a ditadura.

# Vera Jardim apoia movimento Não Apaguem a Memória

o cidadão José Vera Jardim, ministro da Justiça e actual deputado do PS, integra a lista de apoiantes do movimento Não Apaguem a Memória, e luta pela criação de um museu vivo que salvaguarde as memórias dos tempos da ditadura e protesta contra a transformação da antiga sede da PIDE-DGS, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, em um condomínio.

Desde que surgiu, com a primeira acção de rua, no passado dia 5 de Outubro, na Rua António Maria Cardoso, o movimento de cidadãos cresceu e já recolheu inúmeros apoios, entre os quais os de muitos resistentes antifascistas. Iva Delgado, Luísa Irene de Sáez, Amândio Amado, Alexandre Casanova, Ângela Miguel Grã, Edmundo Pedro, Fernando Vicente, Fernando Vieira de Sá, Sérgio Carvalhão Duarte, Maria Piteira Santos, Ulpiano do Nascimento, Urbano Tavares Rodrigues e António Jorge Coelho são algumas das pessoas que já deram o seu apoio ao movimento e aos seus objectivos.

No passado sábado, o Não Apaguem a Memória esteve no Chiado, onde apresentou o seu manifesto — que se transformou entretanto num abaixo-assinado que contém já muitas



Vera Jardim

dezenas de assinaturas —, no qual declara exigir ao Estado que crie um museu do período da resistência à ditadura de Salazar e Caetano.

A declaração foi lida sábado no Chiado pelo encenador Helder Costa, enquanto ao resistente Edmundo Pedro coube ler uma mensagem enviada pela Associação 25 de Abril.

No manifesto, o movimento cívico “reclama dos poderes públicos que, mais de 30 anos passados sobre o 25 de Abril, assumam a responsabilidade de constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os cri-

mes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura”.

Para isso, propõe o movimento que o Estado “proveite os espaços emblemáticos dessa realidade como são o Aljube, o Forte de Peniche, Caxias, a sala do plenário da Boa-Hora, a sede central da PIDE/DGS e a sua Delegação do Porto, e que coordene a sua acção com o valioso trabalho desenvolvido neste domínio por diversas instituições”, como se lê no abaixo-assinado que está a circular.

Além disso, condena “a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e exige a criação de um espaço e de um elemento memorial naquela área, que assegurem a memória e a homenagem ao sofrimento de muitos portugueses e a condenação dos crimes cometidos pela polícia política do fascismo”, diz ainda o manifesto.

O movimento tem um sítio em construção na Internet, [maismemoria.org](http://maismemoria.org) e também um endereço, [todos@maismemoria.org](mailto:todos@maismemoria.org), através do qual os cidadãos podem manifestar o seu apoio.

A Associação 25 de Abril e a Associação República e Laicidade declararam já o apoio ao Não Apaguem a Memória. ■

Público, 18 nov 2005, p. 12

# Movimento “Não apaguem a memória” saiu à rua

Movimento cívico que defende a causa do direito à memória apresentou-se no Chiado e recolheu assinaturas pela criação de um museu da resistência

FERNANDA RIBEIRO

“Um povo sem memória não tem futuro. E esta afirmação não perde nunca actualidade”, dizia ontem o resistente Edmundo Pedro, em pleno Chiado, em Lisboa, na apresentação do movimento cívico “Não apaguem a memória”, que se constituiu em protesto contra a transformação da antiga sede da PIDE-DGS num condomínio de luxo.

O objectivo deste movimento de cidadãos é incitar o Estado a preservar as memórias do tempo da luta contra a ditadura, não só não permitindo o branqueamento do que passou em locais onde se torturou e matou, como na antiga sede da PIDE, na António Maria Cardoso, mas também criando um museu vivo nalgum dos espaços que até ao 25 de Abril de 1974 funcionaram como prisões — sejam eles o Aljube, os fortes de Caxias e Peniche, ou o Museu Militar do Porto, antiga delegação da polícia política de Salazar e Caetano.

“Estou indignado e é algo que me revolta ver que se pretende apagar a memória de um povo e daqueles que sofreram pela democracia e pela liberdade”. Quem o afirmava, em frente à Brasileira, é uma memória viva dos tempos da repressão, Edmundo Pedro, resistente antifascista que, várias vezes suportou a incomunicabilidade e os interrogatórios da PIDE na António Maria Cardoso, entre muitas outras prisões políticas por onde passou, desde que aos 15 anos foi preso pela primeira vez.



PEDRO VILELA

*Edmundo Pedro foi um dos que defendeu ontem a necessidade de preservar a memória*

“No Aljube estive incomunicável seis meses. Na António Maria Cardoso, estive em 1945, quando regresssei do Tarrafal — ao fim de nove anos de prisão — para ser fotografado, antes de me libertarem. Mas a primeira vez que fui preso, (em 1934) estive ali na Serpa Pinto”, recordou referindo-se às antigas instalações da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado).

Ao lado de Edmundo Pedro — que em frente à Brasileira leu uma mensagem da Associação 25 de Abril, solidária com o movimento — estiveram ontem pessoas de várias idades e com histórias de vida diversas, que apoiam o reavi-

var da memória do período da luta contra a ditadura.

A historiadora Irene Pimentel, cuja tese de doutoramento versa a PIDE, o dramaturgo e encenador Helder Costa, que leu o manifesto do movimento “Não apaguem a memória”, ou ainda o artista plástico Luis Gomes — que, com traços rápidos ilustrou com cenas de tortura, os cartazes de apresentação do movimento — foram alguns dos que deram corpo à iniciativa.

A ela se juntaram instituições como a Associação 25 de Abril, que enviou uma mensagem de solidariedade com a causa do movimento, e muitas outras pessoas que quiseram

subscriver o abaixo-assinado posto a circular, em apoio da criação de um museu dos tempos da repressão.

A lista é extensa e poderá ser encontrada no sítio da internet criado pelo movimento, cujo endereço é: [maismemoria.org](http://maismemoria.org).

A Maria Emilia Neves, que em Janeiro de 1965 conheceu também a sede da PIDE, quando aos 17 anos foi presa, coube ontem contar a sua história de interrogatórios, numa “visita” às instalações da António Maria Cardoso — onde as obras de reconversão prosseguem a todo o vapor, mesmo em sábados chuvosos como o de ontem. ■





Um povo sem memória não tem futuro.

Por mais que se insista nesta afirmação, ela não perde actualidade. Principalmente, quando se refere a um povo que mantém a sua independência há quase 1000 anos.

Poderá parecer contraditório, mas a nossa convicção é a de que este quase milénio de História comum apenas foi possível porque se terá sabido, em cada momento, preservar a memória. O que terá permitido que, em momentos de crise – e foram muitos, e alguns bem graves – a memória do passado e das virtudes do colectivo tenha fornecido forças para ajudar a seguir em frente.

Por isso, torna-se indispensável, a cada momento não apagar a memória. Dos bons e maus momentos, das boas e más acções...

Aceitamos que não seja possível preservar todos os espaços físicos que nos avivem, por si só, a memória da longa noite do fascismo em Portugal.

Mas, porque é fundamental evitar a sua repetição, há que salvaguardar o essencial.

É nesse sentido que defendemos a constituição de um museu vivo sobre esse tempo tenebroso e a resistência que permitiu o seu derrube, utilizando para o efeito as várias instalações que mais directamente estiveram ligadas à prática da violação dos direitos humanos, pelos esbirros da ditadura. Considerando que, quando tal já não for possível, se identifiquem esses locais através de algumas peças, que nos reportem para o que aí se passou.

Porque queremos manter a democracia viva, sem hipótese de retorno a uma qualquer ditadura, não aceitamos que apaguem a memória.

12 de Novembro de 2005

O Presidente da Direcção

Vasco Correia Lourenço

# MOVIMENTO NÃO APAGUEM A MEMÓRIA DIVULGA MANIFESTO

O movimento de cidadãos denominado Não Apaguem a Memória, que se constituiu dia 5 de Outubro para protestar contra a transformação da antiga sede da PIDE num condomínio, vai apresentar-se publicamente no próximo sábado, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

O movimento de cidadãos vai assinalar, com um acto simbólico de condenação, não só a conversão do edifício como as tentativas feitas para omitir e fazer esquecer as práticas de tortura e repressão levadas a cabo pela antiga polícia política.

E, na mesma rua onde a PIDE-DGS funcionou até ao 25 de Abril de 1974, apresentará o seu manifesto e objectivos traçados. O movimento reclama dos poderes públicos que, mais de 30 anos passados sobre o 25 de Abril, "assumam a responsabilidade de constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura e que aproveite os espaços emblemáticos dessa realidade como são o Aljube, o Forte de Peniche, Caxias, a sala do plenário da Boa-Hora, a sede central da PIDE/DGS e a sua delegação do Porto, e que coordene a sua acção com o valioso trabalho desenvolvido neste domínio por diversas instituições".

Além disso, o movimento de cidadãos condena "a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio e exige a criação de um espaço e de um elemento memorial naquela área, que assegurem a memória e a homenagem ao sofrimento de muitos portugueses e a condenação dos crimes cometidos pela polícia política do fascismo".

Nesse sentido, o movimento irá fazer um abaixo-assinado com este apelo, que será endereçado ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao presidente da Assembleia da República, entre outras entidades. Ao movimento de cidadãos Não Apaguem a Memória aderiram já algumas instituições, como a Associação 25 de Abril e a Associação República e Laicidade. Paralelamente, foram ainda feitos pedidos de audiência ao Presidente da República, primeiro-ministro, ministro da Justiça, ministro da Cultura, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e presidente das varas criminais de Lisboa - Tribunal da Boa-Hora, entidades que tutelam os locais emblemáticos onde se poderia implantar um museu onde se preservassem as memórias dos tempos da resistência ao fascismo. ■

FERNANDA RIBEIRO

Publizo, 11. NOV. 2005, p.

SOCIEDADE CIVIL

# ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL – A PRESERVAR A MEMÓRIA DESDE 1982

## Uma base de dados online e um protocolo com a Associação dos Professores de História são os grandes projectos da organização

“Respeitar e promover os valores de Abril, da liberdade e da democracia” é a única condição para se ser membro da Associação 25 de Abril, resumiu ao PÚBLICO Vasco Lourenço, presidente da colectividade fundada em 1982 por oficiais dos quadros permanentes, com o objectivo de preservar a memória do 25 de Abril de 1974.

Inicialmente, apenas os militares profissionais podiam ser sócios efectivos, mas a associação não tardou muito em aceitar também civis – neste momento, metade dos cerca de seis mil sócios são cidadãos não militares.

Actualmente, o grande projecto da organização não-governamental passa pela criação de uma base de dados online sobre a “revolução dos cravos”, base que se pretende de acesso livre. A Associação 25 de Abril tem já uma parceria com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, que lhe permite guardar o seu espólio documental sem perder o direito de propriedade, podendo o centro de documentação tratá-lo, utilizá-lo e disponibilizá-lo para consulta.

Questionado sobre outras iniciativas em agenda, Vasco Lourenço respondeu: “Estamos precisamente num debate intenso para ver que tipo de actividades vamos realizar”. Mas adiantou, no entanto, que a associação vai em breve “lançar o debate sobre a questão dos direitos dos militares”, provavelmente na forma de um seminário.

No plano cultural e cívico, Vasco Lourenço referiu que deverá ser dada continuidade à reflexão iniciada com o 1º Congresso da Democracia Portuguesa, realizado no ano passado, no âmbito das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril. A iniciativa – que incluiu a criação do Observatório da Democracia – surgiu da

nativa e complementar as actividades de comunicação e decisão”, como se pode ler no sítio na internet da Associação 25 de Abril.

O papel da organização no ensino também está a ser repensado, estando já formalizado um protocolo com a Associação dos Professores de História “para levar à prática alguns projectos de material de apoio”. No que toca à relação com as escolas, Vasco Lourenço confirmou que são muitas as solicitações para falar do 25 de Abril aos alunos, mas realçou que o Ministério da Educação nunca apresentou à organização uma proposta de colaboração mais permanente.

Sendo uma organização sem fins lucrativos, a Associação 25 de Abril sustém-se financeiramente nas quotas pagas pelos associados (40 euros, no mínimo). O restaurante em funcionamento na sede da associação em Lisboa – num edifício recuperado pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira, pelo qual passaram vários jornais, entre os quais, ironicamente, o *Diário da Manhã* e mais tarde o *Época*, ambos ligados à estrutura do regime fascista – não é explorado directamente pela Associação 25 de Abril e “não tem dado dinheiro”, lamenta Vasco Lourenço. O restaurante está aberto aos associados (e também a convidados destes, pontuais ou permanentes) e tem como objectivo ser uma extensão da actividade associativa.

Actualmente, a Associação 25 de Abril – membro honorífico da Ordem da Liberdade – tem delegações no Norte (Porto), Centro (Coimbra) e Alentejo (Grândola). ■ SOFIA BRANCO

RUI GAUDÊNCIO/ARQUIVO



**Sede nacional:**  
Rua da Misericórdia, 95  
1200-271 LISBOA  
Tel.: 21 3241420  
Fax: 21 3241429

**E-mails:**  
a25a.dir@25abril.org;  
a25a.sec@25abril.org; a25a.congresso@25abril.org  
Página na Internet:  
www.25abril.org



## Movimento exige memorial na sede da PIDE

p. 10

O Movimento de Cidadãos Não Apaguem a Memória, constituído na sequência de uma acção de protesto na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, contra a transformação da antiga sede da PIDE num condomínio de luxo, exige que se erga no local um memorial em homenagem ao sofrimento de muitos portugueses e de condenação pelos crimes cometidos pela polícia política do fascismo. Hoje, os elementos deste movimento, que pretende ser aberto à participação de todos os cidadãos, vão reunir-se para aprovar o projecto de declaração, em que consta a ideia do memorial, documento que poderá transformar-se simultaneamente num abaixo-assinado que será posto a circular, com o objectivo de assegurar que a memória dos tempos do fascismo não seja apagada. Exigir aos poderes públicos que assumam a responsabilidade de constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre a ditadura é o objectivo do movimento Não Apaguem a Memória, também enunciado no projecto de declaração. Aproveitar os espaços emblemáticos da repressão nos tempos da ditadura, como o Aljube, em Lisboa, os fortes de Caxias e de Peniche, bem como a sede central da antiga PIDE e a sua delegação no Porto (actualmente transformada em Museu Militar), são objectivos igualmente propostos no projecto de declaração a aprovar hoje na reunião a realizar na Biblioteca-Museu República e Resistência.

Público, 22 out. 2005, p.